

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA NA REDE DE ENSINO MÉDIO, NO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA-MA

Julio Cesar de França Dias; Márcio José Celeri

*Universidade Federal do Maranhão, jc_geo14@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão, marcioceleri@yahoo.com.br*

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental, doravante EA, tem sido objeto de constantes discussões. Diversos são os movimentos e iniciativas direcionados à contenção dos problemas ambientais. Para entender a problemática, é necessária uma visão dinâmica e holística do ambiente, permitida, no âmbito escolar, por propostas metodológicas conscientizadoras. Nesse sentido, esta pesquisa aborda a educação ambiental no ensino de Geografia, avaliando e propondo metodologias que visem o aperfeiçoamento da prática e o ensino de qualidade.

No ambiente escolar, à luz de Risso (2013), a disciplina Geografia deve nortear e orientar as outras disciplinas no que diz respeito aos problemas ambientais possibilitando discussões e reflexões na escola. Portanto, esta proposta de pesquisa responde aos anseios do autor enquanto profissional licenciado e bacharel na área de Geografia e enquanto professor atuante na educação básica, bem como está inserida na área de estudos da ciência geográfica.

A partir do olhar voltado à prática pedagógica dos professores de Geografia das escolas públicas estaduais do município de Anajatuba-MA, dentre os quais o proponente desta pesquisa, notou-se a ausência de ações pedagógicas direcionadas à EA. Salienta-se que no referido município não se observam ações concretas direcionadas às questões ambientais, mais um fator de relevância deste estudo.

Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2013), a cidade de Anajatuba é um município do estado do Maranhão que está localizada a 128 km da capital do estado. Limita-se ao norte com os municípios de Cajapió e Santa Rita, a oeste com Viana e Arari, ao sul com Miranda do Norte e Arari e a leste com Santa Rira e Itapecuru. Além disso, está incluído na Microrregião da Baixada Maranhense, fazendo parte de uma área de proteção ambiental, conforme o Decreto estadual nº 11.900, de 11 de junho de 1991, bem como está inserido no sítio Ramsar, que considera zonas úmidas de importância internacional. Esta realidade fomenta, portanto, estudos e pesquisas orientados para a preservação e impactos nessas áreas, o que sustenta a importância de trazer esta pesquisa para as escolas do município incentivando ações e reflexões no contexto escolar.

Esta proposta justifica-se também pelas exigências dos documentos legais. De acordo com a Lei da Educação Ambiental, é imprescindível “[...] o apoio às iniciativas e às experiências locais e regionais” (BRASIL, art. 8º, § 3º, inciso V, 1999). Em âmbito estadual, a Lei nº 9.279, de 20 de outubro de 2010, estabelece que a EA deve ser inserida nas escolas de forma transversal e o seu retorno social através de projetos pedagógicos. Dito isso, consideram-se relevantes propostas metodológicas que abordem qualitativamente a EA a partir da participação dos discentes na construção do conhecimento, habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente. Assim, este estudo vem responder aos anseios da lei e da sociedade, além de buscar nortear a aplicabilidade da EA no âmbito escolar.

Nessa esteira, são problematizações desta pesquisa: como abordar a Educação Ambiental respondendo às exigências dos documentos oficiais? De que forma, considerando a estrutura da escola, contextualizar os conteúdos inseridos na Educação Ambiental? Como concretizar a conscientização voltada à preservação dos aspectos ambientais da cidade de Anajatuba?

O objetivo geral é fomentar, por meio da pesquisa, práticas educativas que contribuam para constantes reflexões e ações acerca da educação ambiental no Centro de Ensino Nina Rodrigues, no município de Anajatuba/MA, propondo metodologias que dinamizem o aprendizado dos alunos e os tornem sujeitos ativos nesse processo. Os objetivos específicos são: analisar as concepções e a importância da educação ambiental para os docentes e discentes da escola pesquisada, de forma a identificar os entraves na abordagem dos conteúdos de educação ambiental na perspectiva da Geografia Escolar; correlacionar as orientações legais sobre a educação ambiental com o plano político-pedagógicos e com as ações práticas desenvolvidas na escola; analisar os problemas ambientais existentes no município, contextualizando os conteúdos curriculares à realidade sociocultural dos discentes; propor, a partir dos resultados da pesquisa, um material de apoio pedagógico no intuito de amenizar ou solucionar supostos entraves relacionados à abordagem da educação ambiental.

As respostas aos questionamentos especificados são alicerces desta proposta metodológica visando alcançar a aprendizagem efetiva, conferindo aos educandos o papel ativo na construção do conhecimento. Os conteúdos são, assim, articulados ao cotidiano do alunado, efetivando uma prática social.

METODOLOGIA

A pesquisa delineada está sendo realizada no Centro de Ensino Nina Rodrigues, localizado na sede de Anajatuba-MA, com anexo em uma comunidade rural. A escolha do local se dá pela lotação do proponente deste estudo, o qual é professor efetivo na instituição selecionada, contribuindo para o acesso à escola e viabilidade da proposta.

Nessa direção, trata-se de uma pesquisa do tipo intervenção, de natureza qualitativa, visando contribuir para a solução de problemas práticos (RICHARDISON, 2008; GIL, 2014). Busca-se, assim, versar sobre a Educação Ambiental e a Geografia escolar com base em uma ação pedagógica que possibilite aos educandos a construção do conhecimento a partir da prática e da realidade social em que estão inseridos. Esta pesquisa caracteriza-se ainda como participante, haja vista o envolvimento tanto do pesquisador quanto dos pesquisados. Além disso, o pesquisador realiza observações dos eventos, interage com os sujeitos da pesquisa e faz a descrição e análise dos elementos observados.

Para constituir o esteio teórico, foram/são realizadas pesquisas bibliográfica e documental, ou seja, estudo de materiais teóricos e dispositivos legais que balizam as discussões e contribuem para as análises dos dados. Os instrumentos de coletas de dados são: observação; registros fotográficos; entrevistas semiestruturadas com professores e com a direção das escolas no intuito de saber a concepção, a importância e demais aspectos atrelados à educação ambiental; e questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados com os alunos para compreender o que pensam sobre a educação ambiental. Os alunos participantes da pesquisa cursam o 3º ano do ensino médio, considerando que já possuem uma vivência na escola e mais bagagem para responder às questões propostas. Foram escolhidos apenas os discentes que estão matriculados no turno matutino, totalizando 35 alunos.

De posse dos dados, a metodologia de tratamento das informações será a análise de conteúdo. Essa escolha metodológica de exploração das informações deu-se pela influência do Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia na Educação Básica (GRUPEGEB), que vem mostrando interesse por esta forma de análise. Além disso, esta metodologia é utilizada para descrever o conteúdo de documentos e textos, contribuindo na interpretação de forma sistemática das informações e atingindo a compreensão e os significados, que podem ir além de uma simples leitura (MORAES, 1999).

Destacam-se cinco etapas para analisar os dados: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição; e interpretação. Na primeira etapa, serão preparadas as informações coletadas e a leitura de todo material, assim como a codificação dos materiais, ou seja, atribuir-se-á um número tanto nas entrevistas quanto nos depoimentos no intuito de obter

uma rápida identificação. A unitarização ou transformação do conteúdo em unidades é o elemento posterior à classificação, na qual se definirá um elemento ou indivíduo unitário a ser classificado.

A etapa da categorização ou classificação das unidades centra-se no agrupamento das informações que sejam comuns, semelhantes, segundo critérios pré-estabelecidos durante o processo. A descrição é o momento de comunicar os resultados, a partir das categorias e unidades de análise. Por fim, a interpretação é o momento de delinear as conclusões a partir do aporte teórico.

As discussões geradas servirão de base para a aplicação de metodologias e para a elaboração do produto final. Como proposta inicial, o produto mencionado será a construção de uma cartilha que venha com breves explanações teóricas e documentais, assim como informações detalhadas dos passos metodológicos das atividades realizadas, pondo, também sugestões para os problemas encontrados durante as etapas, auxiliando a comunidade escolar. Nesse material, a educação ambiental será abordada com vistas na realidade do município e serão sugeridas leituras para orientar o processo. Por fim, depois de todas as etapas realizadas, os registros e análises dos dados farão parte do corpo da dissertação, caracterizando a fase de defesa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo como ponto de partida o alicerce teórico, seguem-se as discussões sobre as bases filosóficas da educação ambiental, traçando, historicamente, a construção do paradigma de como o homem ocidental ver a natureza e como essa relação se dá na ciência geográfica. Essa é uma discussão teórica relevante para se pensar os sujeitos da pesquisa no ambiente escolar (alunos e professores) e suas concepções sobre o meio ambiente.

Para tanto, a EA é fundamental no ambiente escolar de forma que venha a contribuir para formação de cidadãos sabedores dos riscos e das dimensões ocasionados pelo mau uso do meio ambiente. Segura (2001, p. 24-23) afirma:

[...] a análise da prática da EA na escola é importante à medida que procura desvendar a natureza do trabalho educativo e como ele contribui no processo de construção de uma sociedade sensibilizada a enfrentar o desafio de romper os laços de dominação e degradação que envolvem as relações humanas e as relações entre a sociedade e natureza. Interessa saber, assim, se a natureza do trabalho educativo favorece em maior ou menor grau a criticidade, a autonomia, a participação, a criatividade e o aprendizado significativo. Tomo como pressuposto, então, que a EA

não é neutra a que sua prática visa promover uma mudança de valores na relação entre os seres humanos e destes com o mundo que os cerca.

Como fruto da pesquisa documental, direcionou-se o olhar para a legislação e o que estipula sobre a EA na escola. A Lei nº 9.795/99, Lei da Educação Ambiental, e a Lei Estadual nº 9.279/2010, aparecem como documento central de análise. A Lei da Educação Ambiental transfere para a sociedade em geral a responsabilidade da preservação do meio, somada à educação formal, na qual deve ser trabalhada de modo transdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino. Para que a ideia se efetive é imprescindível a sensibilização social e o investimento na formação de professores e demais profissionais envolvidos na área (BRASIL, 1999). Nessa direção, no Brasil, a EA vem sendo tratada nos âmbitos escolares a partir de ações de contextualização dos conteúdos às problemáticas ambientais.

Quanto às demais etapas da pesquisa, as entrevistas já foram realizadas e os questionários aplicados, assim como momentos de observação e registros fotográficos. No entanto, os dados ainda não foram analisados minuciosamente conforme a descrição dos procedimentos de análise. Nesse sentido, até o momento, percebe-se a importância de trabalhar a Educação Ambiental na escola voltado para a formação de cidadãos, pois se acredita que um dos meios para usufruir de um ambiente limpo e saudável é o exercício da cidadania. Corroborando com esse pensamento, Segura (2001, p. 22) destaca que “A escola representa um espaço de trabalho fundamental para iluminar o sentido ambiental e fortalecer as bases da formação para cidadania [...]”.

CONCLUSÃO

Nesse panorama, ratifica-se a escola como sendo um agente importante no processo de formação de cidadãos participativos e ambientalmente comprometidos. Além disso, ressalta-se a participação de todos os agentes escolares e a relevância da pesquisa no ambiente escolar no intuito de contribuir para a implantação da EA de forma significativa na educação básica.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARANHÃO. **Decreto nº 11.900, de 11 de junho de 1991**. Disponível em: <
https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/303_20100823_145738.pdf>.
Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei nº 9.279 de 20 de outubro de 2010.** Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 20 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.caema.ma.gov.br/portalsaema/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1060&Itemid=61>. Acesso em: 20 jan. 2018

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

RICHARDISON, Roberto Jarry; colaborador José Augusto de Souza Peres. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RISSO, Luciene Cristina. Educação Ambiental e Ensino de Geografia: contribuições teóricas e prática em biogeografia. In: RISSO, Luciene Cristina (Org). **Ensino de Geografia e Educação Ambiental: relatos de experiência**. Ourinhos: UNESP - Campo Experimental de Ourinhos, 2013. 93p.

SEGURA, Denise de Souza Baena. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.